

QUAL O LUGAR DO CASO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS?

WHERE DO CASE STUDIES BELONG IN SOCIAL SCIENCES?

Vítor Eduardo Veras de Sandes-Freitas[†]

Resumo: As pesquisas na área de Ciências Sociais buscam a compreensão da realidade social, cultural e política a partir de uma abordagem teórico-metodológica que dê conta da problemática selecionada. O cuidado deve estar em sistematizar o desenho apropriado para a consecução da pesquisa científica. Muitas vezes, a constituição do desenho de pesquisa se torna intrincada diante da natureza do objeto de estudo na área de Ciências Sociais, o que dificulta a realização de descrições ordenadas do mundo. Faz-se necessário, portanto, compreender em profundidade como funciona um dado fenômeno, evitando análises limitadas sobre o mesmo. A análise de contextos sociais pode ser fundamental para a melhoria de uma determinada teoria. O estudo de caso, nesse sentido, está posto, pela maior parte da literatura que disserta sobre essa abordagem, como um meio de compreender fenômenos mais amplos. Este trabalho, no entanto, centra-se na análise de Flyvbjerg que busca explorar as potencialidades do estudo de caso como forma de se compreender melhor os contextos sociais e as relações de poder estabelecidas em espaços sociais e políticos particulares. Muito mais do que clarificar e levantar inferências sobre a dinâmica geral dos fenômenos, os estudos de caso são fundamentais para o entendimento dos contextos em específico. Com isso, uma pesquisa, se com um ou muitos casos, não deve buscar a redução do conhecimento em proposições teóricas, mas, antes de tudo, compreender as dinâmicas sociais e políticas presentes no mundo real.

Palavras-chave: Estudos de caso. Contexto. *Phronesis*.

Abstract: The researches in the Social Sciences field seek the comprehension of the social, cultural and political reality from a theoretical-methodological approach that handles the selected issue. The attention must focus on systematizing the proper design for the achievement of the scientific research. Oftentimes, the research design constitution becomes puzzling against the very nature of the subject of analysis in Social Sciences, which makes it difficult to perform orderly descriptions of the world. Therefore, it is necessary to deeply learn the essence of how a given phenomenon works, avoiding superficial analysis about it. The analysis of social contexts may be fundamental for the improvement of a given theory. In this regard, according to the majority of specialized literature on this subject, case study is a means of understanding broader phenomena. This article, however, focuses on the analysis of Flyvbjerg that explores the potentials of case study as a way of better understanding the social contexts and power relations set in both social and political particular spaces. Much more than clarifying and raising inference about the

[†] Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: vitorsandes@ufpi.edu.br

general dynamics of phenomena, case studies are primordial for understanding specific contexts. Thereby, whether using one or many cases, a research should not aim to reduce knowledge to theoretical propositions, but above all, to understand the social and political dynamics present in the world.

Keywords: Case studies. Context. *Phronesis*.

1 Introdução

Nas Ciências Sociais, tem-se percebido um direcionamento crescente para a realização de pesquisas orientadas por variável com amplo número de casos. Contudo, alguns problemas nesse tipo de abordagem podem afetar a percepção dos pesquisadores quanto à diversidade existente entre os casos. Uma limitação central é quanto às variáveis causais, que, muitas vezes, podem oferecer pouca variação ao longo do tempo, assim como pode haver diferenças significativas entre os casos, resultando em problemas na construção dos resultados.

Além desses, John Gerring destaca outros problemas sobre os estudos com grande número de casos e orientados por variáveis: 1) quanto ao problema de se chegar a uma especificação adequada de um modelo causal; 2) quanto à identificação dos problemas; 3) quanto ao problema dos contrafactuais extremos, ou seja, extrapolando ou interpolando os resultados dos modelos gerais onde a extrapolação se estende além dos dados observáveis; 4) quanto aos problemas colocados pelos casos influentes; 5) quanto à arbitrariedade do padrão dos testes de significância; 6) quanto à precisão enganosa das estimativas no contexto dos modelos *curve-fitting*, que descreve uma relação entre as variáveis; 7) quanto ao problema da busca por uma estimativa apropriada; 8) a dificuldade de se identificar mecanismos causais; e 8) quanto ao recorrente problema da limitação dos dados ou do erro de mensuração.

Uma alternativa ao modelo, diante dos problemas expostos, seria a tentativa de sistematizar desenhos de pesquisa focados nos casos, de forma a perceber a complexidade do comportamento social, já que, nesta abordagem, tem-se em vista preservar a textura e os detalhes dos casos individuais, geralmente perdidos nessas análises orientadas para variável, também denominados de estudos *cross-case*. O estudo de caso, assim, seria uma proposta metodológica destinada à realização de uma análise em profundidade de uma única unidade – um fenômeno espacialmente limitado – observado em um único ponto ou período no tempo. O objetivo desse tipo de estudo é elucidar as características de uma ampla classe de fenômenos similares (a população dos casos) (GERRING, 2007, p. 19-20).

Assim, diferenciando-se do tipo de pesquisa de caráter quantitativo, um desenho de pesquisa com formato mais qualitativo tenta basear os argumentos não em medidas estatísticas, mas na compreensão intensiva de um ou poucos casos, buscando fazer inferências descritivas. Este tipo de estudo ganha em profundidade em relação ao primeiro, mas perde em amplitude. O estilo a ser adotado dependerá do tipo de problema de pesquisa que se pretende responder.

Notou-se na literatura sobre estudos de casos a existência de duas concepções quanto à natureza desse método. Uma primeira, ligada à perspectiva positivista das Ciências Naturais,

que entende os estudos de caso como um meio de elucidar os mecanismos causais de um dado fenômeno mais amplo, sendo um ponto de partida para a realização de estudos *cross-case*. E uma segunda, defendida por Bent Flyvbjerg, que visa a explorar as potencialidades do estudo de caso, buscando identificar o conhecimento de circunstâncias particulares como meio de se compreender melhor as relações de poder estabelecidas nos contextos em análise, entendendo-as como tendo uma forte orientação a valores, que são próprios de cada caso.

Partindo do exposto, este artigo tem como objetivo apresentar a discussão sobre diferentes perspectivas sobre o estudo de caso nas Ciências Sociais. Primeiramente, ter-se-á a preocupação de se analisar a concepção positivista sobre o uso de estudos de caso, que tenta replicar o rigor dos modelos das ciências duras ou Naturais. Posteriormente, será discutida a concepção de Flyvbjerg sobre estudos de caso, que rebate a perspectiva positivista, em prol da busca de uma análise contextual, buscando os valores que norteiam a ação nos espaços sociais e políticos, focando-se, portanto, nas particularidades e especificidades de cada contexto.

2 Do caso para os casos: estudos de caso como ponto de partida

A pesquisa científica, numa ótica positivista, impõe à ciência a tarefa de construir conhecimentos válidos a partir de métodos e técnicas, possibilitando, assim, a generalização de seus achados. O objetivo da ciência, nessa concepção, é agregar conhecimento válido, refutando teorias que não dão conta dos objetos em análise. A meta das pesquisas acadêmicas, assim, seria a busca por inferências através de métodos científicos, tendo em vista a objetividade e a relevância dos achados. Nessa concepção, as Ciências Sociais devem ter como objetivo a busca de inferências, buscando a construção de teorias que dêem conta de compreender os fenômenos sociais e políticos como um todo.

Nesse sentido, a pesquisa científica na área de Ciências Sociais deve possuir quatro características básicas, segundo King, Keohane e Verba (1994, p. 7-9): 1) a meta é a inferência; 2) os procedimentos são públicos; 3) as conclusões são incertas; 4) e o conteúdo é o método. Uma pesquisa deve ir além das divergências existentes entre as formas metodológicas adotadas, que são centradas muito mais no estilo do que na essência. Deve buscar também o compartilhamento dos métodos de pesquisa, para serem ensinados, compartilhados e aprimorados pela comunidade científica. Deve-se partir do pressuposto que uma pesquisa pode ser falha, pois o conhecimento sobre o mundo pelo pesquisador é limitado e a incerteza é um elemento presente quando este busca fazer inferências. Por fim, a pesquisa científica, por ter adquirido uma série de métodos e regras de se fazer inferências, depende destas para a sua validade.

Nessa vertente, observa-se que a busca de conhecimentos válidos deve levar à sistematização do desenho de pesquisa apropriado para a consecução do empreendimento científico. Um dos problemas básicos na constituição do desenho de pesquisa na área de Ciências Sociais decorre da ausência de paradigmas unificados que parece limitar a realização de descrições ordenadas e causais do mundo. Dessa forma, uma ampla classe de tópicos descritivos é intrinsecamente importante, considerando qualquer efeito causal que possa existir (GERRING, 2009, p. 106). Nessa perspectiva, é necessário compreender como funciona um dado fenômeno antes

de perguntar o que causa o mesmo. Assim, essa perspectiva compreende que um estudo de caso pode ser um ponto de partida para melhorar a teoria que discute um determinado tema, contribuindo para futuras análises com mais casos, desde que seja disciplinado e rigoroso quanto à busca de inferências, de modo a analisar um tópico significativo do mundo real, tendo em vista contribuir com uma literatura específica da área (KING; KEOHANE; VERBA, 1994, p. 18-19).

Essa vertente positivista entende que um estudo de caso tem seu uso justificado, quando a literatura é insuficiente para explicar a totalidade do fenômeno a ser estudado. O foco no caso, dessa forma, pode levar à descoberta de importantes *insights*, corrigindo as conclusões alcançadas em estudos *cross-case*. A percepção de possíveis causas para o surgimento do fenômeno geral, a partir do estudo de caso, pode contribuir decisivamente para o aprimoramento de uma literatura específica.

Pode-se destacar como exemplar desse tipo de abordagem metodológica o estudo de caso realizado por Robert Dahl sobre a cidade de New Haven, nos Estados Unidos, que originou a obra *Who Governs? Democracy and power in an american city*, publicada em 1961. O autor analisou, de forma descritiva, como funcionava o sistema democrático em uma situação de distribuição desigual de recursos. Ele mostrou que, numa dada sociedade com um relativo padrão de desigualdade, o poder não estava necessariamente concentrado nas mãos de um único grupo, fechado e coeso. O autor mostrou que, em democracias, há a tendência de transformar o padrão cumulativo de desigualdades em um não cumulativo (DAHL, 1970). A construção teórica de Dahl partiu do estudo de um caso, desconstruindo, assim, a teoria de Wright Mills sobre a dinâmica das elites do poder nos Estados Unidos, contribuindo substantivamente para a teoria democrática.¹ Assim, buscou-se a ampliação dos achados da pesquisa para a compreensão de toda ampla classe de espaços políticos democráticos.

No entanto, apesar da importância de pesquisas que focam em apenas um caso, a vertente positivista entende que existem limites metodológicos desse tipo de estudo, principalmente quanto à perda de amplitude e ao poder de generalização desta. King, Keohane e Verba (1994) favorecem a realização de estudos cientificamente rigorosos, ampliando a capacidade de se construir teorias que melhor abarquem o mundo real. Nessa ótica, estudos de caso reduzem a possibilidade de se fazer generalizações, devido à quantidade reduzida de casos e do viés de seleção. Nessa perspectiva, esse tipo de estudo seria apenas um ponto de partida para estudos que envolvem uma amostra mais significativa de casos (*cross-case*).

Essa vertente, então, defende que os estudos de caso são um meio de se realizar pesquisas que envolvem mais casos, ampliando a validade de seus achados. Nesse tipo de estudo, segundo Daniel Little (1991, p. 29-30), o pesquisador examina o contexto e a história de um evento em detalhe, procurando levantar um conjunto de hipóteses causais sobre seu curso. Devem-se descobrir as circunstâncias na história do evento que sejam relevantes para a sua ocorrência, afastando aquelas que se mostrem irrelevantes para a análise em questão. Para se alcançar esse

¹ Em Wright Mills, há claramente uma elite monista, tripartida entre os setores mais importantes da sociedade (econômico, político e militar) e que compartilham sentimentos similares. A teoria pluralista de Robert Dahl se contrapõe à concepção de Wright Mills, pois Dahl apresenta a sociedade como “uma miríade de grupos com influência localizada, entrando em coalizões sempre fluidas e provisórias para o exercício das funções de governo” (MIGUEL, 2003, p. 127-128).

objetivo, faz-se necessário traçar a narrativa histórica, cujo propósito é estabelecer as séries de eventos que conduzam as causas aos efeitos. Dessa forma, o estudo de caso pode elucidar os mecanismos causais de determinados eventos históricos (LITTLE, 1991, p. 29-30).

Segundo Little, para se identificar os mecanismos causais em estudos de caso, deve-se empregar uma das duas formas de inferência. A primeira seria pautada na dedução, na qual se estabelece as conexões causais entre os fatores sociais baseados sobre uma teoria já estabelecida sobre os processos subjacentes. A segunda seria uma abordagem amplamente indutiva, na qual se buscaria verificar quais seriam os processos causais do fenômeno estudado. Contudo, essa última forma de abordagem dependeria, em última instância, de análises de caráter comparativo para verificar se de fato existe associação regular entre os tipos de eventos. Isso é explicado porque só se pode avaliar o efeito causal no fenômeno se o pesquisador puder estimar o comportamento de outras unidades.

A construção de causalidade baseada no estudo de caso, de acordo com Little, requer o conhecimento aguçado sobre a sequência de eventos dentro dos amplos processos históricos e de hipóteses teóricas ou indutivas sobre vários tipos de causas dos eventos sociais. Nessa concepção, para que se realize um estudo de caso bem sucedido deve-se envolver o conhecimento de uma sequência de eventos e processos sociais que dependem da identificação de relações causais particulares entre circunstâncias e eventos históricos. Para o autor, a descoberta de uma conexão causal requer mais que o conhecimento da sucessão temporal entre os eventos, pois se deve partir, antes de tudo, de uma base teórica e indutiva para a afirmação de que uma dada circunstância histórica afeta a ocorrência e o caráter de uma circunstância subsequente. A partir de um estudo de caso, é possível, portanto, estabelecer hipóteses sobre as condições que causam o evento estudado, já que é da natureza desse tipo de estudo a análise intensiva do caso e a elucidação de seus mecanismos causais.²

O estudo de caso, na vertente positivista, aparece como meio para se compreender a relação entre variáveis, tentando perceber quais são os mecanismos causais de um dado fenômeno, ou seja, as causas de um dado evento em análise. O grande problema encontrado nesse tipo de perspectiva sobre os estudos de caso é que a construção de modelos sobre a realidade, reduzindo-a e buscando a generalização de seus achados leva à simplificação do mundo real. Compreender os estudos de caso apenas como ponto de partida, conforme Little e os demais metodólogos dessa tradição, leva à limitação da própria análise do caso. Nem sempre a realidade é passível de racionalização a ponto de se desenhar uma relação clara entre as variáveis. As narrativas colaboram na melhor compreensão da dinâmica do mundo real, mas a extração dos mecanismos causais torna-se, muitas vezes, uma simplificação que nem sempre é útil para o melhor entendimento dos contextos sociais e políticos.

Nessa perspectiva sobre os estudos de caso, entende-se que a seleção deve ser feita com base na representatividade da unidade diante da população, permitindo que as observações e descrições do caso em análise tornem possível inferir sobre a dinâmica dos casos não analisados.

² Segundo essa perspectiva, a realização de observações sistemáticas é fundamental em qualquer análise empírica, pois em cada observação pode-se perceber a existência de várias dimensões denominadas variáveis. E é a partir do conjunto de observações que se pode perceber as variações internas do caso (GERRING, 2007, p. 21-22).

No momento subsequente à escolha dos casos, pode-se realizar três tipos de estudos. O primeiro tipo é o que examina uma variação em uma única unidade ao longo do tempo (diacrônica), preservando, assim, a unidade primária de análise. O segundo e o terceiro tipos analisam os casos a partir da observação de suas subunidades, sendo o segundo tipo uma análise num mesmo ponto no tempo, ou seja, sem variação no tempo (sincrônica), e o terceiro uma análise diacrônica e sincrônica, isto é, procura combinar a variação temporal com a variação dentro do caso (GERRING, 2004, p. 343).³

Algumas ambiguidades surgem a partir da classificação tipológica dos estudos de caso. Primeiramente, muitos desenhos de pesquisa acabam por assumir os três tipos tratados, devido aos casos existentes dentro da unidade de análise, que geralmente são múltiplos e ambíguos. Além disso, pode haver a existência de unidades formais e informais no estudo de caso, ou seja, há as unidades que são estudadas intensamente – formais – e aquelas que são adjacentes e periféricas na análise e podem aparecer independentemente do controle do pesquisador – informais. Outra ambiguidade ocorre quando uma pesquisa combina uma análise de uma simples unidade e também através das unidades. Mais uma ambiguidade está no fato de que os estudos de caso possuem uma dupla função: além de serem estudos propriamente ditos, eles são, também, estudos de caso. Como estudo, a população é restrita à unidade sob investigação; como estudo de caso, a população inclui unidades adjacentes. Por fim, as inferências perseguidas pelo estudo de caso podem ser ilustrativas e falseadas, já que a natureza deste tipo de pesquisa é lançar luz ao fenômeno geral a partir da análise do caso (GERRING, 2004, p. 352).

Dessa forma, a perspectiva positivista, tem em vista a necessidade de se constituir modelos analíticos a partir de estudos de caso, tentativa esta que, em geral, tende a limitar a potencialidade desse tipo de abordagem. Isso inclui, por consequência, a necessidade de se racionalizar a seleção dos casos, tendo em vista a maior representatividade deste diante da população dos casos, porém a dificuldade se encontra na própria natureza dos contextos, que são dificilmente delimitados e compreendidos *a priori*. A incorporação de modelos das ciências duras leva as pesquisas nas Ciências Sociais a encontrar problemas quanto à substancialidade dos achados encontrados, pois essas priorizam a simplificação da realidade.

Dentro da perspectiva positivista, considera-se que os estudos de caso possuem duas virtudes básicas. Primeiramente, esse tipo de estudo pretende analisar uma única unidade em grande profundidade, podendo constituir uma pesquisa original na área. Além disso, essa abordagem pode contribuir para a análise de outros casos, através da compreensão do mecanismo causal das variáveis da unidade analisada. Para se alcançar esse fim, um bom estudo de caso deve contar com algumas características básicas: a busca por inferências descritivas e, por consequência, a geração de hipóteses; o estabelecimento de mecanismos causais; a formulação de proposições que visem à profundidade e não à amplitude da análise; a validade interna; e, por fim, uma estratégia de pesquisa exploratória focada em apenas uma única unidade (GERRING, 2004, p. 2007).

³ É comum, além disso, combinar vários casos em um único estudo quando estes são formados por amplas unidades territoriais. Dessa forma, John Gerring (2007, p. 27) também considera como estudos de caso aqueles que utilizam o método comparativo e o método histórico-comparativo, podendo assim compor cinco os tipos possíveis de estilos de evidência covariacional em um estudo de caso.

O estudo de caso tem o objetivo de ser altamente informativo quanto à unidade que está propondo analisar. Para isso, esse tipo de abordagem busca necessariamente fazer inferências descritivas sobre o caso. Ao fazer qualquer descrição, o pesquisador deve ter em mente a população dos casos possíveis, pois só se pode definir algo conhecendo o que a unidade pode não ser. Um estudo descritivo deve partir, portanto, de proposições comparativas, tendo em vista um ponto de referência através das unidades. Como afirma Gerring, “quando se descreve um fenômeno é geralmente comparando-o com uma definição tipo-ideal” (GERRING, 2004, p. 347). Assim, a perspectiva positivista das Ciências Sociais entende que o pesquisador, ao realizar um estudo de caso, deve buscar a finalidade científica de categorização e classificação do mundo. A descrição, nessa perspectiva, seria uma forma de se compreender o fenômeno e seus mecanismos causais e não um meio de se realizar uma análise contextual em si, levando-se em conta a dinâmica própria do caso.

Um dos problemas da descrição apontados por essa vertente é que, geralmente, há mais de uma resposta plausível para a pergunta: “o que é isso?” Isso decorre do fato de a descrição ser interpretativa, ao contrário da natureza das pesquisas que utilizam a inferência causal. Ou seja, uma descrição nunca será exaustiva, pois muitos aspectos deixarão de ser considerados ao inferir sobre a unidade analisada (GERRING, 2009, p. 166). Assim, o escopo da proposição elaborada deve ter a profundidade devida, de forma a compreender melhor um caso. Em contrapartida, a proposição não pode ser ampla, devido aos limites das inferências num estudo de caso. Como destaca Gerring (2004, p. 347, tradução nossa), “a evidência deve ser comensurável com o escopo da proposição”. Assim, segundo essa perspectiva, considera-se que em estudos de caso a amplitude das inferências é limitada.

Percebe-se, então, que a perspectiva positivista impõe ao estudo de caso uma importância fundamental no levantamento de *insights* e hipóteses sobre o funcionamento de processos sociais e políticos, possibilitando, assim, uma contribuição teórica decisiva para futuros estudos na área. Com isso, os autores abordados, consideram que um estudo de caso pode auxiliar fortemente a consecução de estudos *cross-case*. Um estudo de caso, portanto, pode colaborar com hipóteses gerais para outros casos na medida em que fornece explicações para casos particulares. Dessa forma, o estudo de caso tem, simultaneamente, tanto a preocupação com o caso em si quanto com um amplo conjunto de casos.

Partindo dessa ótica, os estudos *cross-case* devem partir dos estudos de caso, assim como os estudos de caso devem ser conduzidos pelas evidências dos estudos *cross-case*. Os pesquisadores que se apoiam em estudos de caso devem mostrar em que medida as evidências encontradas representam a população geral dos casos (GERRING, 2007). Dessa forma, estudos de caso revelam como uma proposição pode ser operacionalizada através de outros casos e como suas conclusões podem ser utilizadas por estudos entre os casos. Isso dependerá, porém, da significância da unidade de análise escolhida diante da totalidade de unidades possíveis. Nessa perspectiva positivista, estudos de caso são orientados para a construção de proposições que podem dar conta de compreender outras realidades. Assim, seguindo a lógica do argumento das ciências duras, Fábio Wanderley Reis (1991) [P1] afirma que a Ciência Política (uma das áreas das Ciências Sociais) deve ter uma “disposição nomológica, sistemática, generalizante e

teoricamente orientada”.

O estudo de caso, portanto, tem sempre em vista explorar um dado fenômeno a partir da análise de uma unidade. Esse tipo de análise é fundamental para as Ciências Sociais, pois pode ser capaz de clarificar categorias empíricas em conjunção com o refinamento de conceitos. Nesse sentido, estudos de caso podem contribuir decisivamente para a estrutura teórica dos estudos ao elucidar as diferentes combinações que podem provocar um mesmo resultado ou ao identificar casos que não se conformam aos padrões causais comuns (RAGIN, 2004, p. 126). Estudos de caso, no entanto, são importantes não apenas por ser ponto de partida para estudos *cross-case*, mas por buscar a compreensão da especificidade e particularidades de um contexto. Com isso, torna-se possível a construção de narrativas que melhor dão conta de compreender a dinâmica dos espaços sociais e políticos.

Numa perspectiva alternativa, não positivista, a busca seria pela análise interpretativa que vise à construção de narrativas detalhadas sobre casos concretos, procurando entender os valores que estão imersos nas dinâmicas e nos processos em análise. Dessa forma, os estudos de casos devem se focar nas potencialidades do caso e não, necessariamente, em construir modelos causais que tentem dar conta de outros casos. Assim, na próxima seção deste artigo, discorre-se sobre o caráter contextual da análise dos casos nas Ciências Sociais, contrapondo-se à perspectiva positivista abordada.

3 Em busca da compreensão das particularidades dos contextos a partir de estudos de caso

Em contraposição às concepções que tentam transpor os modelos das ciências duras para compreender fenômenos sociais, Flyvbjerg (2001; 2004) entende que os estudos na área de Ciências Sociais devem ter um forte enfoque contextual. Como afirma o autor, as ciências duras, ao buscar generalizações e o estabelecimento de leis, constroem um conhecimento independente do contexto (*context-independent*), ou seja, não necessitam do conhecimento contextual para compreender os fenômenos em análise. Já nas Ciências Sociais, o conhecimento é produzido a partir do conhecimento contextual (*context-dependent*), devido à natureza do objeto de estudo da área, que implica a impossibilidade de previsão e, conseqüentemente, de estabelecimento de leis.

As Ciências Sociais, nesse sentido, têm sido mais fortes onde as Ciências Naturais são mais fracas, e vice-versa. As primeiras não têm contribuído significativamente para a construção de teorias preditivas e explicativas, diferentemente das Ciências Naturais. Já estas não contribuem para análises reflexivas e a discussão de valores e interesses, que é necessária para compreender os aspectos políticos, culturais e econômicos das sociedades. Para isso, Flyvbjerg (2001), tendo em vista compreender o lugar das Ciências Sociais dentro do mundo científico, parte da concepção aristotélica de *phronesis*, também traduzido como prudência ou sabedoria prática, que seria a ação prática referida a valores éticos, que permite o desenvolvimento da distinção entre o bem e o mal. Assim, a ideia de *phronesis* vai além do conhecimento científico (*episteme*)⁴ e do

⁴ *Episteme* está relacionada à produção do conhecimento, invariável no tempo e no espaço, sendo esta alcançada

conhecimento técnico (*techne*)⁵ e envolve julgamentos e decisões feitos pelo ator político e social virtuoso.

Segundo Flyvbjerg (2001, p. 57), *phronesis* se refere à análise dos valores que são o ponto de partida para a ação, sendo a atividade mais importante para a práxis. Foca naquilo que é variável, sobre o que não pode ser encapsulado por regras, em casos específicos. Requer a interação entre o geral e o concreto e a consideração, o julgamento e a escolha. *Phronesis*, dessa forma, demanda pela experiência, implicando a orientação para o contexto. Dessa forma, o autor defende que essa concepção é fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais, culturais, econômicas e políticas por envolver a prática social e por estar relacionada aos valores e à ética envolvida nos fenômenos humanos.

Partindo dessa concepção phronética, Flyvbjerg (2001) tem a clara intenção de apontar o verdadeiro campo de atuação das Ciências Sociais de forma a compreender os valores e a ética que fundamenta a ação dos indivíduos nos contextos analisados. Reintroduzir a *phronesis* possibilita às Ciências Sociais um ganho qualitativo no tipo de pesquisa que ela deve realizar: orientada pelo valor e pelo contexto. Assim, o autor afirma que

O objetivo é ajudar a restaurar a ciência social para a sua posição clássica como uma prática, atividade intelectual que visa clarificar os problemas, riscos e possibilidades que enfrentamos como seres humanos e sociedades, e contribuir para a práxis social e política (FLYVBJERG, 2001, p. 4, tradução nossa).

O papel das Ciências Sociais no meio acadêmico leva em conta os valores que os indivíduos compartilham num dado meio. Assim, devido a sua natureza, essa deve se referenciar ao contexto. Para isso, as Ciências Sociais devem levar em conta as três dimensões tratadas acima: epistêmica, a técnica e a phronética. Isso se deve pelo aspecto não apenas técnico e acadêmico da área, mas da relação que os indivíduos estabelecem com os valores, que orientam sua ação individual e a inter-relação com outros indivíduos. Nesse sentido, essa ciência deve se orientar para o contexto e não para os aspectos universais que poderiam explicar a dinâmica de um dado espaço social e político. Assim, por exemplo, não se deve considerar a desigualdade social como um fenômeno universal e nem natural. Sua dinâmica é estabelecida de maneira própria em cada contexto e é por isso que as Ciências Sociais devem se orientar primeiramente para as particularidades de cada dinâmica em análise. Assim, essa concepção impede a generalização, que seria própria das Ciências Naturais.

Desse modo, ao se orientar pela busca do valor que fundamenta a ação dos indivíduos, as Ciências Sociais devem fazer o uso intensivo do estudo de caso no contexto, utilizando a narrativa e a descrição como técnicas de exposição, possibilitando, assim, a melhor compreensão da ação humana num dado espaço de análise. Assim sendo, mais do que buscar regularidades que orientam de forma universal o comportamento dos indivíduos, as Ciências Sociais estão

com a ajuda da racionalidade analítica. Corresponde ao moderno ideal científico expressado nas Ciências Naturais (FLYVBJERG, 2001, p. 55-56).

⁵ *Techne* é entendida como arte, o modo de fazer algo a partir de uma habilidade específica baseada na racionalidade instrumental pragmática (FLYVBJERG, 2001, p. 57).

preocupadas com o entendimento dos sentidos da ação, de forma a perceber as interações existentes em cada caso.

Apenas estudos orientados para caso teriam a capacidade de incluir a dimensão fonética. Isso decorre da característica do estudo de caso que busca a compreensão das interações estabelecidas no contexto, sendo possível através da construção de narrativas e descrições sobre as inter-relações entre os indivíduos e as relações de poder estabelecidas nos casos em análise. As Ciências Sociais buscam, em última instância, a compreensão do contexto e não a generalização e o descobrimento de leis que expliquem o comportamento humano e o funcionamento da sociedade.

O estudo da atividade humana, portanto, demanda pela compreensão das particularidades, podendo fornecer informações confiáveis para a análise de aspectos mais amplos. Assim, em contraposição à perspectiva positivista nas Ciências Sociais, Flyvbjerg (2001, p. 66) assevera que “é um equívoco ver o estudo de caso como um método piloto para ser usado apenas para preparar pesquisas mais amplas, testando hipóteses sistemáticas e construindo teorias”. Porém, o autor afirma que o estudo de caso pode ser utilizado nas fases preliminares de uma investigação para gerar hipóteses. O autor, assim, busca desconstruir a visão convencional de que um estudo de caso tem pouca utilidade para a compreensão de fenômenos mais amplos, o que não implica que do mesmo surjam conclusões que levem à construção de modelos analíticos fechados.

Flyvbjerg (2001; 2004) aponta cinco equívocos ou simplificações sobre a natureza do método de estudo de caso advindos das concepções metodológicas convencionais:⁶ 1) o conhecimento teórico ou geral (independente do contexto) é mais valioso que o conhecimento concreto e prático (dependente do contexto); 2) não se pode generalizar baseando-se em um só caso, e assim o estudo de caso não pode contribuir para o desenvolvimento científico; 3) o estudo de caso é mais útil para gerar hipóteses (na primeira fase do processo completo da investigação), enquanto outros métodos são mais adequados para a comprovação de hipóteses e a construção de teoria; 4) o estudo de caso contém um viés em direção à verificação, ou seja, uma tendência em confirmar as noções preconcebidas do investigador; 5) muitas vezes é difícil desenvolver proposições e teorias gerais com base em estudos de caso específicos.

Quanto ao primeiro equívoco, entende-se que o estudo de caso produz o tipo de conhecimento dependente do contexto que torna possível mover do mais baixo para o mais alto nível do processo de aprendizagem. Além disso, estudos sobre a atividade humana só é possível com a busca do conhecimento dependente do contexto, que exclui a possibilidade da construção de uma teoria sistêmica. Assim, o conhecimento dependente do contexto e da experiência é central na atividade acadêmica (FLYVBJERG, 2001, p. 71). Nesse sentido, sua aproximação com as situações do mundo real e da grande riqueza de detalhes que esses possibilitam alcançar são importantes em dois aspectos para o desenvolvimento das pesquisas em Ciências Sociais:

⁶ Nas discussão sobre os cinco equívocos sobre estudos de caso, serão utilizados dois trabalhos de Flyvbjerg: o capítulo 6 do livro *Making social science matter* (2001), intitulado *The power of example*; e o artigo *Cinco malentendidos acerca de la investigación mediante los estudios de caso* (2004). Apesar de possuírem estruturas parecidas e argumentos similares, ambos são complementares quanto ao modo de abordar os equívocos. Enquanto o segundo apresenta os argumentos de modo mais direto, o primeiro apresenta seus argumentos a partir da discussão aristotélica da *phronesis* realizada ao longo do livro.

Primeiro, é importante para o desenvolvimento de uma visão matizada da realidade, incluída a visão de que a conduta humana não se pode entender simplesmente como atos regidos por umas regras que encontramos nos níveis mais baixos do processo de aprendizagem e em grande parte da teoria. Segundo, os casos são importantes para os próprios processos de aprendizagem do pesquisador no desenvolvimento das técnicas necessárias para se fazer uma boa investigação (FLYVBJERG, 2004, p. 38, tradução nossa).

As Ciências Sociais já têm demonstrado a necessidade de se focar nos casos, devido à dificuldade de se construir teorias gerais e preditivas, independentes do contexto. Assim, é necessária a construção de um conhecimento dependente do contexto, ou seja, prático e concreto. Assim, contrapondo-se à perspectiva positivista, enuncia Flyvbjerg (2004, p. 39, tradução nossa) que “não se podem encontrar teorias preditivas nem universais no estudo dos assuntos humanos. Portanto, o conhecimento concreto dependente do contexto é mais valioso que a busca vã de teorias preditivas e universais”.

O segundo equívoco é quanto ao poder de generalização dos achados dos estudos de caso. Estudos como de Darwin, Marx e Freud tiveram forte ênfase nos casos. O que importa é a escolha e a seleção das unidades a serem analisadas, pois pode acrescentar em muito para o poder de generalização do estudo. Contudo, isso não quer dizer que esse tipo de abordagem seja sempre apropriado. Isso dependerá do problema que se está estudando e de suas circunstâncias (FLYVBJERG, 2001, p. 75). Estudos de caso têm servido, sobretudo, para identificar “cisnes negros”, pois uma única observação pode levar à mudança dos paradigmas, melhorando, assim, a construção teórica dos eventos em análise. Assim, o estudo de caso tem grande utilidade na generalização de proposições teóricas, não sendo preciso ampliar o escopo dos casos para melhorar a amplitude das conclusões da pesquisa.⁷ Dessa forma, Flyvbjerg (2004, p. 44, tradução nossa) afirma que o estudo de caso:

[...] pode ser crucial para o desenvolvimento científico através da generalização como complemento ou alternativa para outros métodos. Mas a generalização formal está sobrevalorizada como fonte de desenvolvimento científico, enquanto “a força do exemplo” está subestimada.

O terceiro equívoco apresentado pelo autor enfoca os limites do estudo de caso quanto à comprovação de hipóteses e à geração de teorias. Isso está diretamente ligado à questão da seleção do caso a ser analisado. Utilizando a argumentação já apresentada por Ragin (1992), o autor afirma que a capacidade de generalização dos estudos de caso pode aumentar por meio da seleção estratégica do caso. Uma das formas de se realizar a seleção é pela escolha de

⁷ “O estudo de casos é ideal para a generalização utilizando o tipo de comprovação que Karl Popper tem chamado de ‘falsificação’, que nas Ciências Sociais, forma parte da reflexividade científica. A falsificação é uma das comprovações mais rigorosas a que se pode submeter uma proposição científica: se uma só observação é consistente com a proposição, esta deve ser considerada como não válida e deve ser, portanto, revisada ou rechaçada. O próprio Popper usou o agora famoso exemplo de que ‘todos os cisnes são brancos’ e propôs que uma única observação de um só cisne negro converteria em falsa proposição” (FLYVBJERG, 2004, p. 43, tradução nossa).

um *caso crítico*, que tem o propósito de obter informação que permita inferências e deduções lógicas, levando à construção de generalizações.⁸ Esse pode ser definido como tendo importância estratégica em relação ao problema geral. Segundo Flyvbjerg (2001; 2004), a identificação desses casos não leva em conta um princípio metodológico universal. O que o autor recomenda é que se busquem casos “mais prováveis” (utilizados para falsificar proposições) e “menos prováveis” (utilizados para a realização de testes de verificação). Estudos que se baseiam nesses tipos de caso têm a capacidade de construir teorias que melhor dão conta da realidade social e política.

Um exemplo de estudo clássico das Ciências Sociais em que foi feita a escolha de um *caso crítico* é a da obra *Sociologia dos Partidos Políticos* de Robert Michels, publicada em 1991. O autor estudou o funcionamento do Partido Social-Democrata Alemão, cujas inferências foram suficientes para que fosse repensada a teoria sobre organizações partidárias. A partir da análise empreendida, Michels (1982) observou que a organização partidária se torna um instrumento de cristalização e alargamento do poder das lideranças partidárias sobre os outros indivíduos que compõem o partido. O Partido Social-Democrata Alemão, cuja dinâmica organizacional deveria funcionar sob a lógica democrática, tende a se hierarquizar e se burocratizar, levando ao surgimento de uma oligarquia. Constata o autor que, assim como todas as organizações, a existência de lideranças e, conseqüentemente, da hierarquização é inerente a todas as formas de vida social. A esse processo universal Michels (1982) denominou “lei de ferro da oligarquia”, que explicaria o fato de que toda organização, através do processo de burocratização, se oligarquizaria.

A massa, ao se organizar em forma de um partido, criaria um corpo burocrático que seria responsável pelo funcionamento da organização partidária. Esta, em consequência disso, deixa de agir espontaneamente para agir como organização partidária, estabelecendo hierarquias e regras, criando segmentações de acordo com a posição política de cada ator dentro do partido. Um pequeno comitê passa a dirigir a base do partido. Portanto, o processo de burocratização levaria, inevitavelmente, ao surgimento de uma elite partidária que ditaria os rumos da organização (MICHELS, 1982, p. 235-236).

As conclusões da obra de Michels (1982) foram construídas a partir de inferências obtidas da análise de um caso, possibilitando a construção de uma grande generalização. O *caso crítico* escolhido pelo autor foi a do “menos provável”, e assim foi possível a construção de uma teoria que melhor desse conta das organizações como um todo. Nesse sentido, pode-se afirmar que a partir de um caso é possível a construção de novas teorias que melhor dissertam sobre um fenômeno mais amplo, mas, para isso, é válido explorar as potencialidades do caso verificando como se orientam os indivíduos em cada contexto em análise.

O quarto equívoco sobre os estudos de caso é quanto ao viés de verificação do método, o que colocaria em risco o valor científico desse tipo de estudo. Essa concepção se baseia na tendência que pesquisadores têm em confirmar suas proposições. Contudo, esse problema pode

⁸ Sobre as formas de seleção de caso, Flyvbjerg (2001; 2004) destaca as seguintes: 1) através de seleção aleatória, seja por amostra aleatória ou estratificada; ou 2) por seleção orientada com base em informações sobre os casos, como a seleção de casos extremos (que são os casos não usuais), casos com máxima variação (que possuem diferenciações entre eles), casos críticos (que possuem importância estratégica para elucidar o problema de pesquisa) e casos paradigmáticos (que destacam as características gerais das sociedades em análise). Escolheu-se focar apenas nos casos críticos, por apontar como um estudo de caso pode deixar de ser a análise de “apenas um caso”, ampliando o potencial de suas conclusões.

ocorrer não apenas em estudos de caso, mas em qualquer tipo de método, dependendo da forma como serão selecionados os casos. Assim, dependendo do modo como for procedido o estudo de caso, poder-se-á colaborar com a falsificação de proposições. Desse modo, como afirma o autor, “é a falsificação, não a verificação, o que caracteriza o estudo de casos. E mais, a questão da subjetividade e o viés de verificação afetam todos os métodos, não só o estudo de caso e outros métodos qualitativos” (FLYVBJERG, 2004, p. 51, tradução nossa).

Por fim, o último equívoco abordado por Flyvbjerg é que se costuma considerar a construção de narrativas nos estudos de caso como uma desvantagem para a consecução de conhecimento válido cientificamente. Para o autor, na verdade, boas narrativas podem dar conta das complexidades e das contradições do mundo real. A natureza contextual e phronética dos estudos de caso são fundamentais para a elucidação das intrincadas questões que surgem no contexto, possibilitando a construção de teorias mais robustas, contribuindo para o desenvolvimento cumulativo do conhecimento (FLYVBJERG, 2001, p. 86).

Portanto, o foco em um número reduzido de casos permite que o pesquisador na área de Ciências Sociais realize pesquisas mais densas sobre o fenômeno em análise, possibilitando a construção de teorias que melhor dão conta da realidade. Desenhos de pesquisa voltados para o contexto podem levar à aproximação do diálogo entre teoria e empiria. Enfim, é essencial se ter em mente que a busca não é pela redução do conhecimento em proposições gerais, como defende a perspectiva positivista, mas, antes de tudo, busca-se a compreensão das dinâmicas sociais e políticas presentes no mundo real e, para isso, faz-se necessária a realização de estudos de caso que explorem a forma particular como os atores interagem dentro de cada contexto.

4 Considerações finais

Este artigo propôs apresentar a concepção phronética das Ciências Sociais, defendida por Flyvbjerg, em contraposição à perspectiva positivista, que se orienta pelos modelos das Ciências Naturais. Flyvbjerg apresenta as Ciências Sociais como uma forma de conhecimento orientada pelo contexto, diferentemente dos modelos das ciências duras, que constroem leis e buscam generalizações sem necessariamente realizar análises contextuais. No entanto, a natureza dos fenômenos sociais e políticos implica a exploração a fundo das particularidades de cada contexto. Assim, o estudo de caso é central para as Ciências Sociais, pois, ao se focar as dinâmicas contextuais, podem-se construir teorias mais robustas sobre os fenômenos em análise, contribuindo para análises reflexivas do mundo real.

Na vertente positivista, o estudo de caso surge como a forma de se compreender a relação entre as variáveis e a busca pelos mecanismos causais de um fenômeno. Isso daria origem a modelos simplificados que explicariam o mundo real. Esses modelos de análise seriam testados em estudos mais amplos, dando, aos estudos de caso, o *status* de modelo piloto, ou seja, seriam tomados como ponto de partida para estudos *cross-case*. Além disso, deve-se levar em conta que a realidade nem sempre permite a simplificação a ponto de se desenhar de forma clara a relação entre variáveis independentes e dependentes. Sendo assim, a concepção phronética busca

explorar as potencialidades do estudo de caso, sem ter em mente, necessariamente, estudos que envolvam mais casos, de forma a validar os achados encontrados em um caso.

O verdadeiro campo de atuação das Ciências Sociais, segundo Flyvbjerg, é da compreensão dos valores e da ética que fundamenta a ação dos indivíduos nos contextos analisados. Assim, se ganha qualitativamente ao se reintroduzir a *phronesis* nos estudos das Ciências Sociais, pois são orientadas pelo valor e pelo contexto. Para isso, deve-se utilizar o uso da narrativa e da descrição como técnica de exposição e de análise do caso, tendo em vista o entendimento das interações estabelecidas nos espaços sociais e políticos. Enfim, as Ciências Sociais, segundo a perspectiva phronética, deve buscar os sentidos da ação e não a constituição de modelos fechados que tendem a simplificar o mundo real.

Referências

- DAHL, Robert. *Who Governs? Democracy and power in an American City*. New Haven: Yale University Press, 1970.
- FLYVBJERG, Bent. *Making social science matter: why social inquiry fails and how it can succeed again*. Cambridge: United Kingdom, 2001.
- _____. Cinco malentendidos acerca de la investigación mediante los estudios de caso. Reis. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 106, p. 33-62, 2004.
- GERRING, John. What is a case study and what is it good for? *American Political Science Review*, v. 98, n. 2, p. 341-354, 2004.
- _____. *Case study research: principles and practices*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- _____. *Social Science Methodology: a criterial framework*. Mimeo, 2009.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert. O.; VERBA, Sidney. *Designing social inquiry*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- LITTLE, Daniel. *Varieties of social explanation: an introduction to the Philosophy of Social Science*. Boulder: Westview, 1991.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UNB, 1982.
- MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 123-193, 2003.
- RAGIN, Charles. Turning the Tables: How Cases-Oriented Research Challenges Variable-Oriented Research. In: BRADY, Henry; COLLIER, David (Org.). *Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards*. Oxford: Rowman & Littlefield, 2004. p. 123-138.
- Conexão Política, Teresina v. 4, n. 2, 67 – 81, jul./dez. 2015

_____. “Casing” and the process of social inquiry. In: RAGIN, Charles; BECKER, Hoard (Org.). *What is a case?* Exploring the foundations of social inquiry. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 217-226.

REIS, Fábio Wanderley. O tabelão e a lupa: teoria, método generalizante e ideografia no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 16, 1991. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_16/rbcs16_02.htm>. Acesso em: 15 ago. 2011.